

**HABEAS CORPUS Nº 515.233 - RS (2019/0167587-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
YARA NASARIO - RS014162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CAMILA MURIEL PEREIRA FERNANDES DOS ANJOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CAMILA MURIEL PEREIRA FERNANDES DOS ANJOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravado em Execução n. 70080991045).

Consta dos autos que Juiz da execução indeferiu pedido de prisão domiciliar à paciente.

Inconformada, a defesa interpôs Agravo em execução perante a Corte estadual, mas o recurso foi improvido (e-STJ fl. 116):

**AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). INDEFERIDO PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. INCONFORMISMO DEFENSIVO.**

*Enquanto executava pena provisória, a apenada pleiteou a concessão de prisão domiciliar, com base no julgamento do Habeas Corpus n.º 143.641/SP, do STF, já que genitora de crianças menores de 12 (doze) anos de idade, o que restou indeferido no juízo da execução.*

*Agora, submetida a questão à apreciação deste Órgão Fracionário, a situação fática apresentada alterou-se, já que sobreveio o trânsito em julgado da condenação operada em desfavor da ré, que, atualmente, encontra-se cumprindo pena definitiva, em regime fechado.*

*Tratando-se de presa em virtude de condenação definitiva, e não mais pendente de trânsito em julgado, inviável a extensão dos efeitos do julgamento do Habeas Corpus n.º 143.641/SP, pela egrégia Suprema Corte, que regula a situação de segregadas em*

*decorrência de prisão preventiva.*

*A prisão domiciliar, neste caso, passa a ser regida pelas disposições do artigo 117, da LEP, sendo autorizada a sua concessão apenas a apenados(as) que estiverem cumprindo pena em regime aberto ou em situações excepcionais, não sendo este o caso dos autos.*

*A situação trazida pela defesa de Camila não apresenta qualquer excepcionalidade que justifique a colocação de uma apenada que cumpre pena no regime mais gravoso diretamente em prisão domiciliar.*

*Assim, há de ser mantido o seu indeferimento, tal como decidido no juízo da execução.*

**AGRAVO DESPROVIDO.**

Nesta impetração, a defesa sustenta estarem preenchidos os requisitos para a prisão domiciliar, tendo em vista que a paciente é mãe de quatro infantes menores de 12 anos e um adolescente, de modo que a pena privativa de liberdade prejudicaria ao menos quatro crianças que se encontram na primeira infância.

Argumenta que o Órgão Colegiado limitou-se a analisar o elemento normativo constante do 117 da Lei de Execução Penal de forma literal e abstrata, sem considerar as peculiaridades do caso concreto, bem ainda que não fora feito sequer um estudo social acerca da condição da avô de cuidar dos netos.

Colaciona jurisprudência no sentido de que a prisão domiciliar é admitida em qualquer regime, inclusive no fechado.

Nesse *interim*, pleiteia, em liminar e no mérito, a concessão da prisão domiciliar em favor da ora paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, não ficou demonstrado nos autos que a apelada seria a única pessoa apta a cuidar dos menores, ou mesmo que estes estariam desamparados. Cumpre registrar que tal informação é condição essencial para a concessão do benefício pleiteado.

É cediço que a prisão domiciliar, como espécie do regime aberto, não se mostra possível aos segregados que cumprem pena em regime mais gravoso, sendo necessário seu estrito enquadramento em circunstâncias especiais, não verificadas na espécie.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator